

VIDA CRISTÃ E SACRAMENTOS

Para uma pastoral sacramental teologicamente atualizada

Francisco Taborda S.J.

1. Os sacramentos na vida da Igreja

A opção por Cristo é sempre eclesial (não meramente individual). Só se pode crer em Cristo pela aceitação do testemunho de outros ("fides ex auditu"), primeiramente do testemunho daqueles que encontraram o Senhor Ressuscitado (cf. 1 Co 15,5-7) e, a partir deles, de todos os que aceitaram seu testemunho.

Aliás, a fé — enquanto conhecimento e enquanto entrega pessoal a Deus — só se dá na solidariedade com os outros que têm a mesma fé, reforçando-se e confirmando-se uns aos outros na fé (cf. Rm 1, 11-12). Esse caráter comunitário da fé decorre de que o objeto da fé é o Mistério de Deus. Por seu caráter de Mistério pessoal, o modo de expressar a fé de cada um nunca esgota o Mistério. Por isso, cada um é sempre remetido à forma com que os outros expressam a mesma fé. O mesmo vale da fé, enquanto entrega pessoal ao Mistério de Deus. Sendo este inesgotável, existem infindas formas de viver a proximidade do Mistério de Deus. Cada um pode e deve aprender dos companheiros de fé como entregar-se mais efetivamente a esse Mistério inefável¹.

A fé é, pois, sempre eclesial. Vida no seguimento de Jesus e vida na comunidade dos que seguem a Jesus são duas dimensões da mesma vida.

Os sacramentos só podem ser entendidos no contexto de uma vida no seguimento de Jesus e, portanto, no contexto da vontade de ser Igreja, comunidade dos que crêem no Senhor Ressuscitado². Isso significa que só se compreendem corretamente os sacramentos como celebrações *da vida* da comunidade eclesial e da vida de cada um *na* comunidade

1 Cf. Jon SOBRINO: "Conlleaos mutuamente (Análisis teológico de la solidaridad cristiana)". *ECA* 37 (1982) 157-178.

2 Para a fundamentação teológica da teologia sacramental subjacente a essas reflexões, cf. Francisco TABORDA: *Sacramentos, práxis e festa: para uma teologia latino-americana dos sacramentos*. Petrópolis: Vozes, 1987. ID.: "'Sacramentos, práxis e festa': crítica e autocrítica". *Persp. Teol.* 21 (1989) 85-99.

eclesial. A vida cristã — que é sempre necessariamente eclesial — vem *antes* do sacramento. *Logicamente* antes; não é necessário que seja *cronologicamente* antes.

Por isso a ação pastoral deve tratar primeiro (logicamente primeiro) de construir Igreja, de introduzir as pessoas no seguimento de Jesus, e, como consequência, de levar à participação nos sacramentos. A opção por Cristo tem prioridade e vai expressar-se e celebrar-se no sacramento.

Prioridade lógica não significa sucessão linear. Vale dizer: não se pode ver a relação entre comunidade e sacramento só numa direção. O que os Padres da Igreja diziam da eucaristia, vale de todos os sacramentos: a Igreja faz os sacramentos e os sacramentos fazem a Igreja.

É a Igreja, a comunidade eclesial viva, que faz os sacramentos. Sendo a Igreja o Corpo do Ressuscitado, essas ações suas são ações de Cristo. Mas sem a comunidade dos que crêem no Ressuscitado não há sacramento nem tem sentido sacramento. Ela os faz, portanto, como celebração da atuação de Deus que a cria e convoca constantemente. E é toda a comunidade cristã que faz os sacramentos, embora dentro da diversidade de funções dessa comunidade diferenciada que é a Igreja. Por isso, aos ministros que presidem a unidade da Igreja, compete também presidir as celebrações³.

Os sacramentos, por sua vez, revertem em benefício da Igreja, pois celebrando reforçam a consciência de Igreja e o entusiasmo no seguimento de Jesus. Por eles (batismo, confirmação e ordem) se constituem membros da comunidade em sua diversidade de funções. Por eles a Igreja volta à fidelidade do seguimento de Jesus (penitência). Por eles se constitui a célula mínima da comunidade cristã (matrimônio). Por eles se recorda a opção cristã pelos últimos, desprezados, marginalizados e a centralidade que estes têm na Igreja (unção dos enfermos). Por eles, enfim, a Igreja redescobre constantemente o espírito que deve animá-la em tudo: a atitude do Servo de Javé que dá sua vida pela multidão (eucaristia).

2. A lição do NT

Numa leitura — mesmo superficial — do NT chama a atenção que os sacramentos não estão no primeiro plano. O NT fala proporcionalmente pouquíssimo dos sacramentos e, dentro do pouco, dedica atenção mais longa e explícita só ao batismo e à eucaristia. No centro da atenção dos escritos neotestamentários está a vida de Jesus (Evangelhos), a vida cristã e a vida da comunidade (Atos, cartas, Ap). Nos Evangelhos

3 Cf. Walter KASPER: *Fe e historia* (tr. esp.). Salamanca: Sígueme, 1973, 251-311.

os sacramentos ocupam um espaço bem exíguo: a narração da instituição da eucaristia, o sermão do pão da vida em Jo, as alusões eucarísticas da multiplicação dos pães; o mandato batismal, o batismo de Jesus como figura e raiz do batismo cristão; os textos sobre o perdão.

Nos demais escritos os sacramentos aparecem no contexto da exortação à vida em Cristo. E aí é praticamente sempre o batismo que entra em questão. E a vida em Cristo como imperativo decorrente do batismo. Da eucaristia Paulo fala mais longamente quase só por acidente, devido aos desmandos verificados nas celebrações de Corinto. O Apocalipse reflete a liturgia da comunidade, mas não menciona nenhum sacramento em particular. Encontramos mais alusões aos sacramentos do que insistência sobre eles.

Assim o NT ensina o lugar do sacramento: ser celebração da vida em Cristo. A prioridade está na construção de comunidades vivas, nas quais evidentemente se celebram sacramentos.

3. A lição da história

Só no segundo milênio do Cristianismo começa uma reflexão teológica mais sistemática e específica sobre os sacramentos. Até então os sacramentos eram tratados no contexto mais amplo da participação do cristão no Mistério de Cristo e da construção da comunidade eclesial. Significa que até então, durante mais de mil anos, se haviam considerado os sacramentos dentro de um contexto maior, não autonomamente como grandeza em si.

Talvez se possam levantar algumas hipóteses para explicar o surgimento dessa verdadeira "revolução teológica".

Enquanto originariamente o batismo exigira um longo catecumenato, pelo qual o pagão era introduzido no modo de viver cristão e na comunidade eclesial, a oficialização do cristianismo trouxe consigo "conversões" em massa e uma diminuição nas exigências catecumenais. Por outro lado, as famílias já cristãs passavam a batizar seus filhos em criança e com isso o sacramento antecedia a vida cristã, com eliminação do catecumenato que era a expressão mais clara da visão anterior.

O mesmo aconteceu com a penitência. Enquanto a disciplina originária da penitência exigia para a celebração do sacramento, um longo período de penitência que mostrasse na vida o arrependimento e a mudança de atitudes, a facilitação em admitir ao batismo trouxe um número maior de penitentes e falta de fervor para agüentar as exigências penitenciais posteriores à celebração. Por outro lado, a introdução da celebração repetível da penitência pelos monges irlandeses e escoceses, — considerada inicialmente como abuso! — acabou levando o sacramento a anteceder a vida de penitência e conversão.

A manutenção do latim como língua litúrgica na celebração da eucaristia e dos outros sacramentos afastou-os da vida do povo que já não os entendia, e favoreceu assim uma compreensão coisista e quase mágica dos sacramentos.

Em tudo isso, também a adoção do cristianismo por parte dos chamados "povos bárbaros" acentuou o aspecto concreto, coisista, dos sacramentos que deviam substituir práticas ancestrais de cunho mágico.

Evidentemente essas afirmações precisavam ser mais matizadas, mas indicam a linha de evolução da prática sacramental no final da era patrística e incílios da Idade Média.

Essa prática desembocará numa teologia sacramental à parte, isolada do contexto da vida cristã e eclesial. A teologia sacramental que em pouco tempo adquire consistência própria, aliada à falta de uma reflexão eclesiológica mais desenvolvida, leva na prática pastoral a sobreestimar os sacramentos e a vê-los predominantemente (por falta de eclesio-logia) como meios de salvação para o *indivíduo*.

A necessária reafirmação católica dos sacramentos em Trento, contra a negação protestante, fará a Igreja católica cair no extremo oposto da posição da Reforma e esquecer (ou deixar em segundo plano) o que havia de justo nas reivindicações dos Reformadores. A Igreja Católica passa a se autocompreender como Igreja dos Sacramentos em oposição à Evangélica que se identifica como Igreja da Palavra. Por mais que as tipificações sejam formas simplificadas de considerar as coisas, manifestam uma verdade. Há um acento desproporcionado e um isolamento do sacramental em detrimento da vida cristã e eclesial — mesmo que esta evidentemente continue considerada. A vida cristã e eclesial passa em grande parte a ser medida pela freqüência aos sacramentos.

A irrupção da modernidade dentro da Igreja trará no tocante aos sacramentos, num primeiro momento, a necessidade de um enfoque personalista que substitua o coisista⁴. De "signum rei sacrae" o sacramento passará a ser compreendido como lugar do encontro com Deus. Os movimentos litúrgico, patrístico, bíblico levarão a acentuar outra vez a dimensão eclesial da celebração, contra o individualismo salvífico anterior.

Essa teologia sacramental personalista e eclesial encontrará espaço nos textos conciliares do Vaticano II.

A reforma litúrgica, acentuando a "actuosa participatio", tenderá a uma reaproximação dos sacramentos à vida cotidiana. Por sua vez, a evolução dos modelos eclesiológicos de uma eclesiologia da sociedade

4 Cf. João Batista LIBÂNIO: *Formação da consciência crítica*. Vol. 1: Subsídios filosófico-culturais. Petrópolis: Vozes, 1980, 2. ed.

perfeita a uma eclesiologia de comunhão, do Povo de Deus, da Igreja dos pobres, trará ao primeiro plano a prática cristã no seguimento de Jesus, prática que é também política, econômica, social. O esquema personalista dos sacramentos se mostra insuficiente nessa nova perspectiva e se fazem necessárias categorias tomadas do social.

Nesse contexto se pode entender a tentativa de compreender os sacramentos como *celebrações* da vida cristã e eclesial. Antropologicamente o ser humano necessita de momentos de festa que aproximem a nível sensível, simbólico, emotivo-afetivo, o sentido de sua vida e de suas práticas. O que são as festas para a comunidade humana, são os sacramentos para a comunidade eclesial.

O sacramento celebra a vida em Cristo, o ser e agir no seguimento de Jesus. Por um lado, relaciona-se, pois, com o concreto da vida de cada cristão e da comunidade; por outro lado, atualiza a dimensão crística dessa vida. Os sacramentos celebram momentos decisivos da vida em Cristo (*kairós*: conversão, reconciliação, enfermidade, função na Igreja, vida conjugal, o dar a vida pelos outros) como graça proveniente do Mistério Pascal de Cristo (anamnese do Mistério Pascal de Cristo).

4. O sentido dos sacramentos

Essa perspectiva sacramental que, voltando às fontes, descobre nos sacramentos celebrações da vida do cristão na comunidade e da comunidade como todo, pode à primeira vista parecer que relativiza os sacramentos, embora diga algo que jamais foi esquecido: que de nada servem os sacramentos, se deles não decorre uma vida cristã autêntica.

Essa sã "relativização" dos sacramentos é reflexo da afirmação da liberdade da graça. Deus não está ligado à Igreja visível para operar a salvação. A história da salvação é universal, mais ampla que o estreito âmbito eclesial.

Nesse contexto se pode distinguir entre processo da salvação e mediação da salvação⁵. Aquele é amplo:

"Aqueles, portanto, que sem culpa ignoram o Evangelho de Cristo e sua Igreja, mas buscam a Deus com coração sincero e tentam, sob o influxo da graça, cumprir por obras a sua vontade conhecida através do ditame da consciência, podem conseguir a salvação eterna. E a divina Providência não nega os auxílios necessários à salvação àqueles que sem culpa ainda não chegaram ao conhecimento expresso de Deus e se esforçam, não sem a divina graça, por levar uma vida reta" (LG 16).

⁵ Cf. Karl RAHNER: "Heilsvermittlung und Heilsprozess". Franz Xaver ARNOLD et al. (ed.): *Handbuch der Pastoraltheologie*. Vol. II/1. Freiburg — Basel — Wien: Herder, 1966, 55-61.

Todas as pessoas estão nesse processo de salvação que é a história da salvação universal, em que Deus age por meios que lhe são conhecidos, para a salvação de todos.

Dentro desse processo de salvação a Igreja tem a função de mediar visivelmente a salvação, sendo testemunha da salvação em Cristo que opera em todo o processo. Os sacramentos, como a Igreja, pertencem, pois, ao âmbito da visibilização da salvação. Por eles a Igreja celebra a salvação que Deus vai operando em concreto nos que a ela aderem na fé no Senhor Ressuscitado. E celebrando confessa que a salvação é dom que não se pode conquistar por si, mas só celebrar.

Dentro da prioridade da vida no seguimento de Jesus os sacramentos adquirem seu sentido como visibilização celebrativa do que Deus opera em todo tempo e todo lugar.

Visibilizar e celebrar não é algo secundário e inútil. Toda criança nasce de um pai e uma mãe, mas isso não exclui que seja muito diferente que ela conheça o pai e a mãe, experimente sua presença e saiba seus nomes, perceba seu carinho, do que se ela os desconhece, nunca os viu nem sabe o que é ser amada. — Ou, com um exemplo do evangelho: Os dez leprosos foram curados, quer tenham voltado a Jesus, quer não. Não obstante, o samaritano mereceu o louvor de Jesus e pôde ser apresentado como modelo (cf. Lc 17, 11-19).

5. Os sacramentos maiores

Dentro desse horizonte se podem tirar algumas conseqüências para a pastoral sacramental de cada sacramento em particular.

Na melhor tradição da Igreja sempre se ressaltaram dois sacramentos (o batismo e a eucaristia) como "sacramentos maiores⁶," porque são os sacramentos que constróem a Igreja enquanto Igreja e não em algum aspecto particular da vida da Igreja. O batismo introduz novos membros na Igreja; a eucaristia é a visibilização da Igreja no tempo e lugar.

Afirmar a vida cristã e eclesial como (logicamente) anterior ao batismo vem a ressaltar a necessidade do catecumenato, tal como o novo *Rito de Iniciação Cristã de Adultos* o propõe outra vez⁷. Antes de ser admitido ao batismo, o candidato deve dar mostras de vida no

6 Cf. Concílio de Trento, DS 1603. Tomás de AQUINO: *In IV Sent.* d. 7, q. 1, a. 1, qc. 3. *STh* III q. 65, a. 3.

7 Sobre esse rito veja-se (apesar da péssima tradução brasileira): Aidan KAVANAGH: *Batismo. Rito da iniciação cristã: tradição, reformas, perspectivas.* São Paulo: Paulinas, 1987 (cf. recensão: *Persp. Teol.* 20 [1988] 127-129).

seguimento de Jesus e participação na comunidade eclesial (= fé viva). O batismo é o sacramento da conversão à fé, mas fé não é apenas o ato intelectual de aceitar certas verdades, e sim, fé viva, animada pela caridade que se traduz no seguimento de Jesus, na prática messiânica a seu exemplo (cf. Lc. 7,22). O catecumenato não tem duração prevista; esta depende do amadurecimento cristão do catecúmeno. Pode durar três-quatro anos. Não se trata tampouco de uma instrução teórica ou teológica na fé, mas de uma introdução vivencial na prática da fé (= mistagogia) que supõe, é claro, certo núcleo de conhecimentos. Exige-se do candidato ao batismo um teste sério da conversão.

Entre nós o batismo de crianças ainda é a prática habitual, embora se dêem também casos de batismo de adultos⁸. No batismo de crianças, evidentemente não se exige o catecumenato, mas devia ser exigido um verdadeiro catecumenato dos pais, na medida em que sua vida cristã e eclesial fosse duvidosa. Nesse sentido e dada a seriedade do catecumenato, a prática do "cursinho de batismo" é absolutamente insuficiente por seu caráter superficial e teórico. Mas sempre é melhor que nada.

A crisma constitui com o batismo uma unidade sacramental. Ambos são sacramentos da conversão e da iniciação cristã. Por isso, é imprescindível que no batismo de adultos, levado seriamente à realização com o respectivo catecumenato, a crisma seja administrada no mesmo ato do batismo e a eles se siga a participação na eucaristia, como ponto culminante da iniciação cristã.

No caso, habitual entre nós, da crisma de jovens e adolescentes novamente entraria em questão um catecumenato crismal. Não só mudando o nome do curso de preparação, mas dando a esse período o caráter de introdução prática e mistagógica à vida cristã e eclesial.

Também com relação à eucaristia a vida cristã precede o sacramento. Se a eucaristia é o sacramento que visibiliza a Igreja naquilo que ela é: Povo de Deus reunido na fé no Senhor Resuscitado presente entre nós, então ela deve ser de verdade *expressão* de uma comunidade viva. Não pode ser mero espetáculo oferecido a uma assistência passiva que nem antes nem depois da celebração se compromete comunitariamente. E por sua vez toda a comunidade eclesial viva tem direito à eucaristia. Não que se possa ter direito à graça (que é sempre dom), mas a graça já se fez presente na vida da comunidade. Nesse caso, celebrá-la é então direito de quem já recebeu a graça a ser celebrada.

8 Estes muitas vezes acontecem "para casar na Igreja" e, com isso, são feitos às pressas, sem catecumenato. O que é um erro fatal, pois correm o perigo de não ser válidos por falta de conversão do batizando. É preferível dar a dispensa canônica para o casamento com "disparidade de culto" do que "baratear" o batismo.

6. Os demais sacramentos

Também no sacramento da penitência a vida (a graça) vem antes⁹. A celebração do sacramento pertencem os atos do penitente: confissão, arrependimento, satisfação. Esses atos não se "criam" na hora, mas são resultado e expressão de uma opção de vida anterior: o reconhecimento do mal praticado como ofensa a Deus, a vontade de corrigir-se, mudar de rumo e opção, o esforço por reparar o mal feito. Se a vida cristã e eclesial do sujeito não se estiver transformando — pelo menos na intenção do penitente (o que evidentemente sempre e só acontece pela ação da graça livre e soberana de Deus) —, não tem sentido a absolvição.

O sacramento expressa como graça e celebra a conversão que se operou ou se vai operando. A antiga disciplina da penitência, quando se exigia do penitente mostras evidentes de mudança radical na vida, antes de reconciliar-se com a Igreja pela imposição das mãos do bispo, acentuava bem essa prioridade da vida cristã sobre o sacramento. A forma posterior, tornada habitual na Idade Média, fez facilmente esquecer esse aspecto, pois concentra a atenção sobre o ato da absolvição, descurando o processo da graça na vida que culminava (na antiga disciplina) na celebração reconciliadora.

Evidentemente a antiga disciplina supunha só os pecados graves. Para o que a teologia posterior designou como pecados veniais, havia muitos outros meios cotidianos de obter o perdão que poderiam ser resumidos no tríptico esmola-oração-jejum (cf. Mt 6,1-6.16-18), tão repetidamente aconselhado pelos Santos Padres.

Também a unção dos enfermos deve ser colocada — como o novo ritual pós-conciliar já o sugere no próprio título *Rito da unção dos enfermos e sua assistência pastoral* — no contexto de uma pastoral dos enfermos que os prepare para aceitar a enfermidade como chance para sua vida cristã e eclesial e os inicie numa vida cristã e eclesial de enfermo. Então a unção dos enfermos poderá adquirir o caráter que deve ter, de festa, de celebração da descoberta da enfermidade como chance nova no caminho para Deus e no serviço da comunidade.

A ordem supõe igualmente capacidade para o serviço da unidade na comunidade. O tirocínio pastoral que hoje se exige dos candidatos à ordem, não é mera distração para que os estudos se tornem menos pesados ou mais suportáveis e os que não sabem o que fazer no tempo de estudos, encontrem ocupação. A atividade pastoral é teste da capacitação do sujeito para a função ministerial e, portanto, daquilo que se denomina comumente de "vocação". Quem não tem sensibilidade pasto-

⁹ Cf. Mário de FRANÇA MIRANDA: *Sacramento da Penitência: o perdão de Deus na comunidade eclesial*. São Paulo: Loyola, 1980, 3. ed.

ral, quem não tem capacidade para se pôr a *serviço* da comunidade, quem não é capaz de unir, quem não sabe suscitar os diferentes dons na comunidade, mas quer açambarcar tudo para si e fazer tudo ele próprio, não deve ser ordenado, porque sua prática mostrou que não tem o dom do ministério da unidade. Não se pode celebrar a existência de algo que não existe. Vale aqui a admoestação de não ser apressado em impor as mãos (cf. 1 Tm 5,22)¹⁰.

O sacramento do matrimônio não é meramente a troca de consentimento perante o ministro categorizado. Toda a vida conjugal de dois cristãos é sacramento, presentificação do amor de Deus à humanidade nesse amor concreto entre mulher e homem. A troca de consentimento é apenas o início. E esse é celebrado como graça, como chance para o seguimento de Jesus que Deus oferece aos dois cônjuges.

Só tem sentido celebrar o matrimônio de quem quer viver na fé a vida conjugal. Novamente a vida precede (logicamente) a celebração, embora neste caso a própria vida seja o sacramento. E justamente essa identidade entre vida e sacramento mostra como o sacramento sempre tem que estar enraizado numa vida cristã e eclesial: esta precede e segue ao sacramento; aquele celebra e assim aprofunda o que já se estava vivendo¹¹, tal como a festa o faz a nível antropológico.

A forma canônica, que exige do batizado católico o casamento "coram paroccho et duobus testibus", é uma determinação *pastoral* do Concílio de Trento (Decreto *Tametsi*). Na época não havia casamento civil e o Concílio julgou necessário estabelecer esta regra em vista da proliferação de "casamentos clandestinos" que não possibilitavam estabelecer publicamente a existência ou não de casamento. Desta forma, como Trento o determinou, assim também a autoridade competente poderia revogar essa disposição. De fato, o próprio direito prevê casos de dispensa da forma canônica. No começo deste século o decreto *Tametsi* foi modificado no sentido de só atingir os cristãos católicos. Por fim, na discussão preparatória ao novo Código, não faltaram canonistas que pleiteavam a abolição da forma canônica e o reconhecimento do casamento civil. Essa reivindicação queria vir ao encontro dos

10 Discute-se exegeticamente se este texto se refere à ordenação ou à reconciliação (penitência).

11 No caso do matrimônio, essa vivência evidentemente ainda não é completa no momento da troca de consentimento, porque só a partir de então será lícito expressar o amor conjugal na consumação da união sexual. Entretanto, já existe amor conjugal que se quer realizar em Cristo e, por isso, os cônjuges se comprometem à fidelidade matrimonial.

batizados católicos sem fé, seja porque, batizados na infância, nunca chegaram a aderir à fé, seja porque perderam a fé.

Nesse contexto há toda uma discussão em torno à necessidade da fé para que o matrimônio seja sacramento, e de que fé (fé em que grau – apesar da dificuldade de “medir” a fé)¹². Mas a própria discussão já mostra como se reconhece a prioridade (lógica) da vida no seguimento de Jesus sobre o gesto sacramental.

Resumindo

A pastoral sacramental é uma preocupação maior de todo pastor. Para dimensioná-la corretamente é preciso localizar os sacramentos em seu contexto originário: inseridos numa vida cristã. Só assim o problema que se encontra hoje na pastoral sacramental, poderá ser equacionado. Os sacramentos celebram o mistério do cristão no mistério de Cristo. A preocupação pastoral primordial deverá ser, portanto, a de levar o cristão a viver o seguimento de Jesus em comunidade (Igreja), levá-lo a ser verdadeiramente Igreja. Vale dizer: a pastoral sacramental deve ser *mistagogia*, introdução vivencial, iniciação prática ao seguimento de Jesus na comunidade eclesial e, a partir da comunidade eclesial, na sociedade.

-
- 12 Só a título de exemplo, três artigos de valor sobre o tema da relação fé-matrimônio sacramental: Jean Marie AUBERT: “Foi et sacrement dans le mariage: à propos de mariage de baptisés non croyants”. *Maison-Dieu* 104 (1970) 116-143. Ladislav ORSY: “Faith, Sacrament, Contract, and Christian Marriage: Disputed Questions”. *Theol. Studies* 43 (1982) 379-398. Jean R. LARSON – James A. SCHMEISER: “Marriage and Non-Believing Catholics. An American Perspective”. *Église et Théol.* 16 (1985) 207-213.

Francisco Taborda S.J. é o doutor em Teologia pela Westfälische Wilhelms-Universität Münster (Alemanha). Professor de Teologia na Faculdade de Teologia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus (Belo Horizonte - MG). Membro das Equipes de Reflexão Teológica da Confederação Latino-Americana de Religiosos (CLAR) e da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB Nacional). Membro do Conselho Diretor do Instituto Nacional de Pastoral (INP). Assessor teológico do Conselho Indigenista Missionário – Regional Mato Grosso (CIMI/MT). Publicou: *Cristianismo e ideologia* (São Paulo: Loyola, 1984). *Sacramentos, práxis e festa* (Petrópolis: Vozes, 1987). *Da inserção à inculturação* (Rio de Janeiro: CRB, 1988). *Vida religiosa e nova evangelização* (Rio de Janeiro: CRB, 1989).

Endereço: Caixa Postal 5047 – 31611 Belo Horizonte - MG